



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT

**PLURAL COOPERATIVA DE CONSULTORIA,
PESQUISA E SERVIÇOS**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
TERRITÓRIO NOROESTE PAULISTA (SP)**

São Paulo (SP)
Novembro de 2010



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT**

**PLURAL COOPERATIVA DE CONSULTORIA,
PESQUISA E SERVIÇOS**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
TERRITÓRIO NOROESTE PAULISTA (SP)**

*Elaboração Técnica
Ariane Favareto**

São Paulo (SP)
Novembro de 2010

□ Socióloga, mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Contato: a.favareto@uol.com.br

Sumário

Lista de tabelas

Lista de Quadros

Lista de Figuras

Lista de Gráficos

Apresentação

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS representa um documento norteador da aplicação da política de desenvolvimento territorial que vem sendo implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Trata-se de um instrumento construído coletivamente com os atores territoriais que busca através da elaboração de um diagnóstico participativo e de propostas estratégicas colaborar com o planejamento dos territórios rurais, cooperando conseqüentemente para o monitoramento e avaliação das ações por parte dos Colegiados Territoriais.

De modo mais amplo, a política de desenvolvimento territorial foca sua atuação em quatro áreas de resultado, a saber: i) fortalecimento da gestão social, que visa a instituição de espaços de discussão, evoluindo para arranjos institucionais onde são debatidos temas ligados ao desenvolvimento territorial e a gestão do PTDRS, entre outros; ii) fortalecimento das redes sociais de cooperação, vista como um instrumento de otimização das iniciativas coletivas já formadas ou em formação nos territórios que consolidam os grupos sociais e reafirmam identidades e interesses comuns; iii) dinamização econômica dos territórios rurais, que busca articular os elos existentes para a construção de uma visão integrada de desenvolvimento produtivo, enfatizando a melhoria na qualidade de vida e agregação de valor aos produtos locais, inclusive em atividades não agrícolas; e, iv) articulação de políticas públicas, que visa promover a integração horizontal de programas públicos com foco na realidade territorial.

Para a implementação desta política, o MDA estabeleceu parcerias com entidades com o objetivo de desenvolver ações para apoiar o processo de implementação e fortalecimento das ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. No caso dos estados de São Paulo e Espírito Santo, a entidade conveniada é a Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços, que atua com o objetivo social voltado ao desenvolvimento sustentável das populações, em especial, a população rural que vive e produz em regime de economia familiar.

O documento ora apresentado refere-se ao Território Noroeste Paulista, localizado no estado de São Paulo, é uma versão preliminar do PTDRS que deverá ainda ser aprofundada e debatida com os atores territoriais.

1 – Introdução

A política de desenvolvimento territorial vem sendo aplicada, no Brasil, desde o início dos anos 2000. Uma de suas principais premissas é a organização dos atores sociais, buscando fortalecer a sociedade civil por meio do controle social. A gestão social, enquanto um dos principais eixos para a consolidação do desenvolvimento sustentável, busca na descentralização política e administrativa, novas formas de organização social, onde o público beneficiário das políticas possa intervir nos processos decisórios, com base em seus conhecimentos e em suas leituras sobre a realidade local. Para isso, foram previstas a formação de Colegiados Territoriais, constituídos pelas associações e organizações representativas dos agricultores familiares, representantes do poder público, Organizações Não Governamentais – ONGs e outras entidades relevantes para o processo de desenvolvimento territorial. Estes Colegiados têm, por principal objetivo, coordenar as atividades de gestão dos programas e projetos do Território.

O PTDRS é um planejamento estratégico construído de forma participativa com os agentes sociais do Território. Procurando imprimir uma visão sistêmica, sua elaboração é expressa em quatro dimensões, abarcando o conceito de sustentabilidade: i) dimensão ambiental, que busca o manejo adequado dos ecossistemas nos quais se desenvolvem as atividades; ii) dimensão socioeconômica, integrando seres humanos e as dinâmicas econômicas; iii) dimensão sociocultural, valorizando as culturas locais e sua manifestação e, iv) dimensão político-institucional, visando à organização das pessoas que compreendem este processo de forma integrante e ativa.

É importante salientar que o Território Noroeste Paulista foi homologado em 31 de outubro de 2007 e ainda não possui o PTDRS elaborado. Por outro lado, o Território é integrante da política de desenvolvimento territorial do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, tendo o planejamento para o setor concluído no ano de 2010¹, que

¹ Seguindo a política de desenvolvimento territorial, o MPA orientou os agentes sociais no Território Noroeste Paulista a elaborar o Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura. O documento contém um diagnóstico dos municípios que compõem o Território, que são coincidentes em 28 deles, bem como diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do setor, sua elaboração ocorreu de modo participativo, cf.: Brasil, MPA/Plural. Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura – Território Jales/Fernandópolis. São Paulo, Julho de 2010, elaboração técnica: Doraci C. de Souza & José H. de Souza.

deverá integrar, também, este documento, de modo a obtermos um planejamento conjunto para a população rural do Território.

1.1 – Processo de Organização do Território Noroeste Paulista

O Território Noroeste Paulista é também alvo de ações públicas de desenvolvimento que compreendem outros dois ministérios: o Ministério da Pesca e Aquicultura que iniciou suas ações na região no ano de 2009; e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com atuação desde 2004. O recorte territorial utilizado por estes ministérios difere do usado pelo MDA, sendo que o primeiro compreende 28 municípios e o segundo 23.

Segundo texto do Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura – PTDS-P&A (Brasil/MPA/Plural, 2010), a questão colocada para os agentes locais que discutem o desenvolvimento na região é que diferentes recortes territoriais podem levar a uma fragmentação das políticas públicas, o que não é desejável. A solução encontrada foi constituir um colegiado territorial com uma plenária representativa dos três recortes territoriais relacionados com os três ministérios aqui citados, sendo que na estrutura desse colegiado subdividem-se câmaras temáticas, com autonomia para discutir e deliberar a respeito dos temas pertinentes a sua área.

Assim, foram criadas três câmaras temáticas denominadas: Pesca e Aquicultura; Agricultura Familiar e Segurança Alimentar, Turismo e Meio Ambiente; e Desenvolvimento Social, Saúde e Educação. O Colegiado Territorial, que abrange as câmaras temáticas foi constituído em plenária nos dias 2 e 3 de setembro de 2009 e validado em 6 de outubro de 2009. Sua representação é paritária entre sociedade civil e poder público.

Quadro 1 – Plenária do Território Noroeste Paulista

Sociedade Civil	Governamentais
1) Colônia Z 12	1) Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA – Votuporanga)
2) Cooperativa de Piscicultores de Santa Fé e Região (Coodespi)	2) Centro de Pescado Continental do Instituto de Pesca (APTA) de São José do Rio Preto
3) Cooperativa de Pescadores de Santa Fé	3) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI – regional de Jales)
4) Associação dos Pescadores de Santa Albertina	4) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI – regional de Fernandópolis)
5) Rede da Cidadania (ONG)	5) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI – regional de Votuporanga)
6) Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (FAMHESP)/Associação de Santa Albertina	6) Estação Experimental de Viticultura Tropical/Embrapa/Jales
7) Associação de Produtores de Seringueira (APROBON)	7) Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Piscicultura (CIMDESPI)
8) Cooperativa de Apicultores de Estrela d'Oeste	8) Prefeituras: titular, Prefeitura Municipal de Mesópolis; suplente, Prefeitura Municipal de Fernandópolis
9) Cooperativas de Produtores de Leite/cooperativa de Santa Albertina (titular); Cooperativa de Mira Estrela (suplente)	9) Escritório Regional do SEBRAE
10) Associação Pequenos Produtores Rurais (Assentados de Populina)	10) Divisão Regional Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS)
11) Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ STR de Jales	11) Universidade Aberta do Brasil/Pólo Regional de Jales
12) Sindicatos Rurais/SR Fernandópolis	12) Consórcio Terras do Sol
13) Associações de Produtores rurais/Central das Associações do Município de Urânia – CAMU (titular); Associação de Produtores Rurais do Córrego do Tanquinho – Paranapuã (suplente)	13) Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Noroeste Paulista (Consad)
14) Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP)	14) Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO)
15) Cooperativa de Pesca e Aquicultura	15) Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)
16) Conselho Regional Desenvolvimento Rural Sustentável	16) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Fonte: PTDS-P&A – Território Jales/Fernandópolis

Quadro 2 – Comissão Executiva do Colegiado Territorial Noroeste Paulista

Sociedade Civil	Governamentais
1) Fetaesp (titular)/STR de Jales (suplente)	1) Cati Jales (titular)/Cati Fernandópolis (suplente)
2) Aprobon (titular)/Cooperativa dos Apicultores de Estrela D'Oeste (suplente)	2) Codeagro (suplente)/Instituto de Pesca (suplente)
3) Sindicato Rural de Fernandópolis	3) Itesp (titular)/Apta Votuporanga (suplente)
4) Central das Associações do Município de Urânia (titular)/Associação de Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho de Paranapuã (suplente)	4) DRADS (titular)/CRAS (suplente)
5) A Rede da Cidadania (titular)/Associação de Pequenos Produtores Rurais de Populina (suplente)	5) Prefeitura de Mesópolis (titular)/ Prefeitura de Fernandópolis (suplente)
6) Colônia de Pescadores Z-12 (titular)/Cooperativa de Pesca e Aquicultura (suplente)	6) Universidade Aberta do Brasil – Pólo Regional de Jales (titular)/Estação Experimental de Viticultura Tropical/Embrapa/Jales (suplente)

Fonte: PTDS-P&A – Território Jales/Fernandópolis

1.2 – Procedimentos metodológicos

Para a elaboração do PTDRS do Território Noroeste Paulista está prevista a realização de duas oficinas, uma primeira que teve por principal objetivo iniciar o processo de planejamento junto aos atores territoriais; e, uma segunda onde serão apresentados os resultados obtidos, bem como a formulação do Plano, buscando um aprofundamento no planejamento por intermédio da definição de atividades a serem executadas e do estabelecimento de prazos e responsáveis para sua execução.

Até o presente momento ocorreu a primeira oficina, realizada nos dias 08 e 09 de novembro de 2010 no município de Jales, nas dependências da Universidade Aberta, onde estiveram presentes 31 pessoas, representantes da sociedade civil e do poder público. Destes, 17 estavam representando o poder público e 14 a sociedade civil. A representação entre os municípios que compõem o território foi baixa e totalizou 9, ou seja, bem abaixo dos 36 que compõem a abrangência territorial do Noroeste Paulista.

O objetivo principal desta atividade foi iniciar o processo de elaboração do PTDRS junto aos agentes sociais locais. Como objetivos específicos destacam-se: i) nivelamento conceitual sobre a política de desenvolvimento territorial; ii) entendimentos acerca dos conceitos de gestão social e diagnóstico participativo; iii) levantamento do diagnóstico territorial; iii) construção da visão de futuro do Território e, iv) levantamento de propostas estratégicas para o Território.

Como se tratou de uma primeira oficina de planejamento, dado que o território foi constituído em 2007, a atividade foi iniciada a partir de uma apresentação sobre a política de desenvolvimento territorial da SDT, focando suas áreas de resultado, citadas anteriormente. Em seguida, foi destacada a gestão social como um conceito que descreve processos diversos que envolvem mecanismos de partilha do poder decisório entre o Estado e a sociedade civil, materializada no conjunto de atores sociais de um território que se envolvem nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento e também na mobilização dos agentes, na avaliação de ações planejadas, passando pela etapa de diagnóstico, elaboração de planos e negociação de projetos e políticas.

Quanto ao planejamento, discutiu-se com os agentes sociais do Território que se trata de um momento de tomada de decisões e estabelecimento das diretrizes

estratégicas a partir das capacidades e dos recursos (materiais, humanos, tecnológicos e financeiros) mobilizados e de arranjos institucionais, sendo estes preceitos materializados em um plano estratégico, elaborado participativamente, como apoio ao desenvolvimento sustentável.

Ainda nesta oficina foi elaborado o diagnóstico do Território, por meio do levantamento de forças, oportunidades, fraquezas e ameaças; a visão de futuro do Território Noroeste Paulista; e as primeiras propostas estratégicas para o desenvolvimento territorial. Estas atividades ocorreram com a utilização de trabalhos em grupos e posterior socialização em plenária.

Portanto, esta versão do PTDRS traz os primeiros passos que foram dados no sentido do estabelecimento de um instrumento norteador para a implementação das ações e da política de desenvolvimento territorial no Noroeste Paulista.

Para isso, este documento está dividido em duas partes. Uma primeira onde podem ser visualizados dados secundários obtidos em institutos de pesquisa e documentos já elaborados pelos agentes sociais do Território, concentrando as características gerais dos municípios; e uma segunda seção onde está descrito o processo de planejamento obtido durante a realização da primeira oficina.

2 – Características Gerais do Território

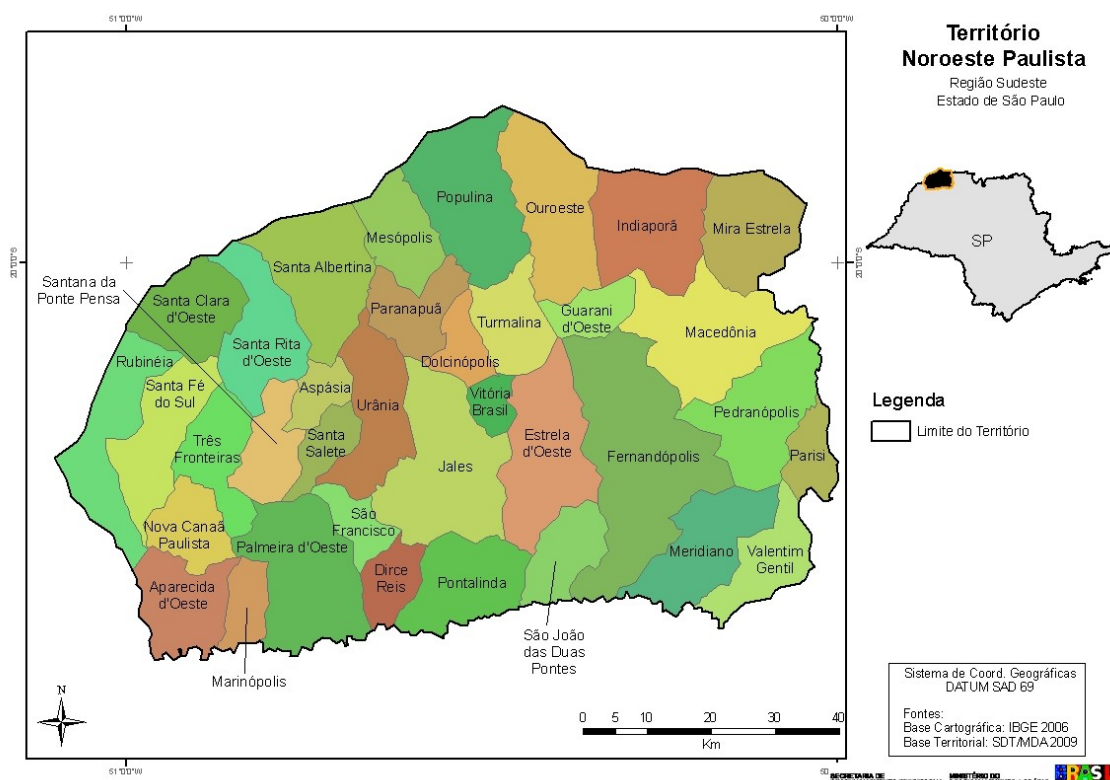
A região Noroeste do estado de São Paulo é considerada como parte integrante da região Oeste, sendo uma das principais produtoras de café no século XIX, atualmente volta-se para o agronegócio, com destaque para a produção de gado de corte e cana de açúcar. O avanço da monocultura da cana de açúcar é tema recorrente nos debates realizados no Território, sendo levantado como um problema a ser contornado ele aparece também no texto do PTDS-P&A, conforme transcrição abaixo:

“Embora muito se fale das vantagens econômicas que a cultura da cana traz para os agricultores familiares (que arrendam suas terras ou fazem contratos de parceria com grandes usinas), esta expansão tem se dado de forma completamente desordenada, à margem de uma discussão da sociedade e poder público sobre zoneamento da atividade². Isto traz consequências quanto às alternativas para o desenvolvimento sustentável da região, diminuindo a diversificação de atividades e concentrando a renda no capital das grandes usinas além de agravar a poluição da atmosfera (aumento do dióxido de carbono, alterações climáticas, diminuição da precipitação) e promover a contaminação dos mananciais com os efluentes, caso não tratados de forma adequada. Sem falar das consequências à saúde, pela aspiração da fuligem decorrente das queimadas da cana”. (BRASIL/MDA/PLURAL, 2010:27).

O Território Noroeste Paulista é composto por 36 municípios, a saber: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indaporã, Jales, Macedônia, Marinópolis, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Nova Canaã Paulista, Ouroeste, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Parisi, Pedranópolis, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, São Francisco, São João das Duas Pontes, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia, Valentim Gentil e Vitória Brasil. Conforme pode ser visualizado na figura abaixo:

² Em 2006 foi constituído o Consórcio Intermunicipal Terras do Sol com intuito de discutir e propor ações conjuntas entre os municípios para atrair projetos sustentáveis para a região, incluindo a agroenergia limpa e o comércio solidário. Contudo as iniciativas são frágeis frente à voracidade do capital que representa o setor sucroalcooleiro.

Figura 1 – Mapa dos municípios que compõem o Território Noroeste Paulista



Fonte: Sistema de Informações Territoriais – SIT / SDT / MDA

De acordo com dados recentes publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base no censo demográfico realizado no ano de 2010, a população total do Território é de 266.693 habitantes, sendo os municípios mais populosos Fernandópolis (64.325), Jales (47.007), Santa Fé do Sul (29.182) e Valentim Gentil (10.971). Todos os outros municípios têm população abaixo de dez mil habitantes. Infelizmente o Instituto ainda não publicou os dados desagregados, para uma melhor visualização da população, dividida entre urbano e rural, utilizaremos dados do

censo do ano de 2000.

Tabela 1 – População total, rural e urbana dos municípios que compõem o Território Noroeste Paulista

Município	Total	Urbana	%	Rural	%
Aparecida d'Oeste – SP	4.935	3.633	73,62	1.302	26,38
Aspásia – SP	1.861	1.175	63,14	686	36,86
Dirce Reis – SP	1.623	1.075	66,24	548	33,76
Dolcinópolis – SP	2.152	1.810	84,11	342	15,89
Estrela d'Oeste – SP	8.256	6.402	77,54	1.854	22,46
Fernandópolis – SP	61.647	59.143	95,94	2.504	4,06
Guarani d'Oeste – SP	2.006	1.734	86,44	272	13,56
Indiaporã – SP	4.058	3.188	78,56	870	21,44
Jales – SP	46.186	42.339	91,67	3.847	8,33
Macedônia – SP	3.781	2.682	70,93	1.099	29,07
Marinópolis – SP	2.195	1.647	75,03	548	24,97
Meridiano – SP	4.025	2.657	66,01	1.368	33,99
Mesópolis – SP	1.930	1.100	56,99	830	43,01
Mira Estrela – SP	2.596	1.941	74,77	655	25,23
Nova Canaã Paulista – SP	2.483	822	33,11	1.661	66,89
Ouroeste – SP	6.290	4.661	74,10	1.629	25,90
Palmeira d'Oeste – SP	10.322	7.085	68,64	3.237	31,36
Paranapuã – SP	3.632	3.029	83,40	603	16,60
Parisi – SP	1.948	1.507	77,36	441	22,64
Pedranópolis – SP	2.734	1.652	60,42	1.082	39,58
Pontalinda – SP	3.539	2.682	75,78	857	24,22
Populina – SP	4.450	3.425	76,97	1.025	23,03
Rubinéia – SP	2.615	1.838	70,29	777	29,71
Santa Albertina – SP	5.586	4.433	79,36	1.153	20,64
Santa Clara d'Oeste – SP	2.123	1.464	68,96	659	31,04
Santa Fé do Sul – SP	26.512	24.911	93,96	1.601	6,04
Santana da Ponte Pensa - SP	1.894	1.106	58,39	788	41,61
Santa Rita d'Oeste – SP	2.695	1.554	57,66	1.141	42,34
Santa Saete – SP	1.379	541	39,23	838	60,77
São Francisco – SP	2.863	2.055	71,78	808	28,22
São João das Duas Pontes - SP	2.660	2.015	75,75	645	24,25
Três Fronteiras – SP	5.159	3.997	77,48	1.162	22,52
Turmalina – SP	2.366	1.547	65,38	819	34,62
Urânia – SP	8.825	7.065	80,06	1.760	19,94
Valentim Gentil – SP	8.605	7.527	87,47	1.078	12,53
Vitória Brasil – SP	1.675	1.189	70,99	486	29,01
Total	257.606	216.631	84,09	40.975	15,91

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Pelos dados acima apresentados e em comparação com os dados mais atualizados, podemos ver que o Território teve sua população acrescida no decênio 2000-2010 em 9.087 habitantes, ou seja, um crescimento total de 3,5%. Ao desagregar os dados por municípios, vemos que 19 municípios tiveram variação populacional negativa, sendo Turmalina a cidade que mais perdeu população, com percentagem negativa de -16,40% e Estrela D'Oeste (-0,58), a que menos perdeu população. Por outro lado, o município que teve maior crescimento populacional foi Ouroeste, com aumento de 33,56%, seguida de Valentim Gentil (27,50%). Uma análise mais aprofundada é necessária para que se possa apontar os motivos de tal movimentação populacional. De todo modo e mesmo sem obtermos os dados da população rural para comparação, os agentes sociais do Território Noroeste Paulista apontaram o êxodo rural como um problema a ser equacionado, como se verá na segunda parte deste documento.

Tabela 2 – Variação populacional 2000 - 2010 dos municípios que compõem o Território Noroeste Paulista

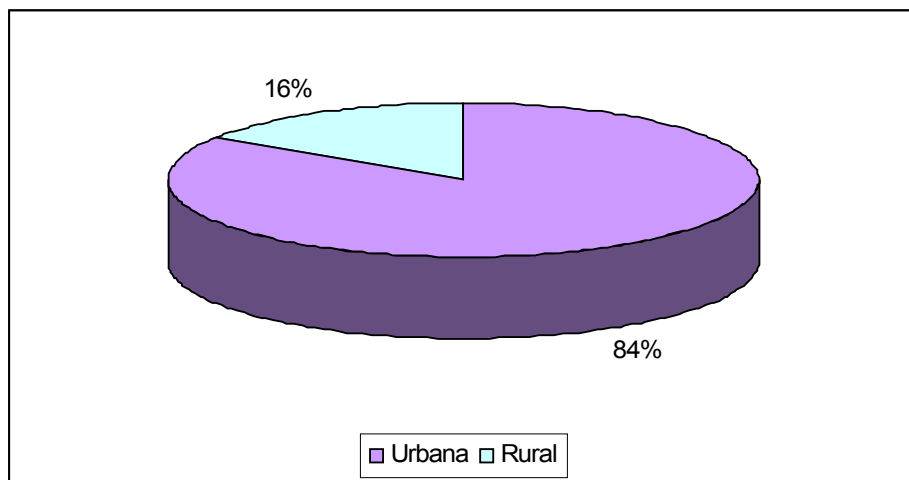
Municípios	População - 2000	População - 2010	Variação	%
Aparecida d'Oeste	4.935	4.436	-499	-10,11
Aspásia	1.861	1.809	-52	-2,79
Dirce Reis	1.623	1.689	66	4,07
Dolcinópolis	2.152	2.248	96	4,46
Estrela d'Oeste	8.256	8.208	-48	-0,58
Fernandópolis	61.647	64.325	2.678	4,34
Guarani d'Oeste	2.006	1.963	-43	-2,14
Indiaporã	4.058	3.890	-168	-4,14
Jales	46.186	47.007	821	1,78
Macedônia	3.781	3.664	-117	-3,09
Marinópolis	2.195	2.113	-82	-3,74
Meridiano	4.025	3.835	-190	-4,72
Mesópolis	1.930	1.886	-44	-2,28
Mira Estrela	2.596	2.825	229	8,82
Nova Canaã Paulista	2.483	2.114	-369	-14,86
Ouroeste	6.290	8.401	2.111	33,56
Palmeira d'Oeste	10.322	9.854	-468	-4,53
Paranapuã	3.632	3.815	183	5,04
Parisi	1.948	2.032	84	4,31
Pedranópolis	2.734	2.515	-219	-8,01
Pontalinda	3.539	4.069	530	14,98
Populina	4.450	4.223	-227	-5,10
Rubinéia	2.615	2.862	247	9,45
Santa Albertina	5.586	5.723	137	2,45
Santa Clara d'Oeste	2.123	2.084	-39	-1,84

Santa Fé do Sul	26.512	29.182	2.670	10,07
Santana da Ponte Pensa	1.894	1.641	-253	-13,36
Santa Rita d'Oeste	2.695	2.535	-160	-5,94
Santa Salete	1.379	1.447	68	4,93
São Francisco	2.863	2.793	-70	-2,44
São João das Duas Pontes	2.660	2.566	-94	-3,53
Três Fronteiras	5.159	5.417	258	5,00
Turmalina	2.366	1.978	-388	-16,40
Urânia	8.825	8.836	11	0,12
Valentim Gentil	8.605	10.971	2.366	27,50
Vitória Brasil	1.675	1.737	62	3,70
Total	257.606	266.693	9.087	3,53

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000 e 2010)

Exceto o município de Nova Canaã Paulista que apresenta população rural de 66,89%, todos os outros municípios do Território têm população urbana superior à rural.

Gráfico 1 – Percentagem de População Rural e Urbana para o Território Noroeste Paulista



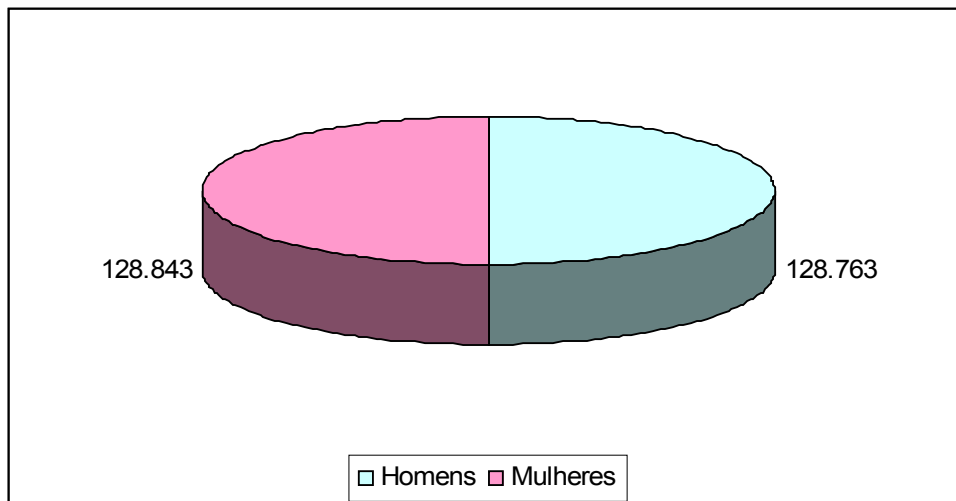
Em termos de população masculina e feminina, o Território apresenta certa equidade, no total são 49,98% de homens e 50,02% de mulheres. A tabela abaixo apresenta a distribuição da população entre homens e mulheres por município.

**Tabela 3 – População dos municípios que compõem o Território Noroeste Paulista,
por sexo**

Município	Total	Homens	Mulheres
Aparecida d'Oeste	4.935	2.454	2.481
Aspási	1.861	967	894
Dirce Reis	1.623	838	785
Dolcinópolis	2.152	1.121	1.031
Estrela d'Oeste	8.256	4.196	4.060
Fernandópolis	61.647	30.343	31.304
Guarani d'Oeste	2.006	1.039	967
Indiaporã	4.058	2.028	2.030
Jales	46.186	22.867	23.319
Macedônia	3.781	1.907	1.874
Marinópolis	2.195	1.130	1.065
Meridiano	4.025	2.056	1.969
Mesópolis	1.930	989	941
Mira Estrela	2.596	1.351	1.245
Nova Canaã Paulista	2.483	1.291	1.192
Ouroeste	6.290	3.159	3.131
Palmeira d'Oeste	10.322	5.247	5.075
Paranapuã	3.632	1.849	1.783
Parisi	1.948	1.016	932
Pedranópolis	2.734	1.401	1.333
Pontalinda	3.539	1.845	1.694
Populina	4.450	2.302	2.148
Rubinéia	2.615	1.291	1.324
Santa Albertina	5.586	2.810	2.776
Santa Clara d'Oeste	2.123	1.067	1.056
Santa Fé do Sul	26.512	12.900	13.612
Santana da Ponte Pensa	1.894	981	913
Santa Rita d'Oeste	2.695	1.359	1.336
Santa Salete	1.379	725	654
São Francisco	2.863	1.443	1.420
São João das Duas Pontes	2.660	1.358	1.302
Três Fronteiras	5.159	2.595	2.564
Turmalina	2.366	1.184	1.182
Urânia	8.825	4.414	4.411
Valentim Gentil	8.605	4.380	4.225
Vitória Brasil	1.675	860	815
Total	257.606	128.763	128.843

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Gráfico 2 – População por sexo para o Território Noroeste Paulista



Por fim quanto às características gerais do Território Noroeste Paulista, apontamos a baixa densidade demográfica, que fica em 38,27. Demais dados relativos às quatro dimensões do desenvolvimento sustentável constarão na versão final do documento.

3 – O processo de Planejamento no Território Noroeste Paulista

Como dito anteriormente o Território Noroeste Paulista não possuía PTDRS e numa atividade ocorrida em novembro de 2010 no município de Jales foi iniciado o processo de planejamento de forma coletiva com os atores sociais do Território. Após uma explanação dialogada sobre os principais conceitos relativos ao desenvolvimento territorial sustentável, os participantes divididos em grupos elaboraram o diagnóstico territorial, com a ajuda da identificação das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças que os atores consideraram oportunas.

3.1 – Elaboração do Diagnóstico – Matriz FOFA

Para os trabalhos em grupo os participantes foram esclarecidos que as **forças** são elementos internos presentes no Território, capazes de serem explorados e desenvolvidos para superar uma situação insatisfatória; as **oportunidades** são elementos externos ao Território que poderão ser aproveitados; as **fraquezas** representam elementos internos ao Território que causarão entraves e dificuldades que deverão ser superados; e, por fim, as **ameaças** são elementos externos ao Território que causam entraves e deverão ser afastadas ou contornadas. Esclarecemos, ainda, que estes elementos devem ser pensados em termos de infraestrutura, organização social, produção etc. que influenciam no desenvolvimento do território.

Em seguida os participantes foram divididos em grupos e orientados a refletir sobre as seguintes questões, anotando-as em tarjetas para posterior socialização em plenária: o que existe na situação atual que nos ajuda? E, o que existe na situação atual que nos atrapalha?

A partir dos resultados obtidos dos grupos, seguido de socialização e debate em plenária, obtivemos o quadro abaixo:

Quadro 3 – Matriz de diagnóstico – Território Noroeste Paulista (SP)

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
FORTALEZAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Grande quantidade de agricultura familiar	Falta de participação dos agricultores	Clima favorável	Calote – falta de pagamento dos atravessadores aos produtores, criam relação de confiança e depois somem da região
Diversificação de culturas e atividades	Descapitalização e desmotivação dos agricultores	Crédito rural	Monocultura, principalmente da cana de açúcar, gerando concentração de renda
Localização geográfica Grande lâmina de água (aquicultura e hidrovia)	Extensão territorial grande, gerando desmobilização	Presença de assistência técnica	Exigência de garantias para a liberação de crédito por parte das agências financiadoras
Parceria entre órgãos públicos	Evasão dos jovens da área rural	Meios de escoamento da produção	Êxodo rural
Presença de entidades de pesquisa como Apta e Embrapa	Frágil organização do meio rural	Presença de Instituições de ensino e pesquisa	Instabilidade de preços
Presença de órgão de extensão rural (Cati, Itesp, ICA)	Seletividade de acesso ao crédito – pedido de garantias por parte das instituições financeiras, gerente acaba priorizando quem tem garantias a dar	Existência de cursos profissionalizantes	Falta de implantação do SUASA – inspeção de alimentos para legalizar a comercialização dos produtos da região de forma mais ágil, proporcionando a desburocratização
Relevo favorável	Baixa qualificação da mão de obra, comprometendo a qualidade dos produtos	Políticas públicas voltadas à agricultura familiar	Distância dos grandes centros, acarretando o aumento no custo da comercialização
Existência de malha viária favorável ao escoamento da produção	Descrédito de produtores em relação aos órgãos públicos	Presença e ações de 3 ministérios (MDA, MDS e MPA) no fomento de ações voltadas ao desenvolvimento territorial	Não há valorização do trabalho rural
Diversidade agropecuária e oportunidades de agronegócio	Ausência de associativismo entre os produtores		Informalidade (vícios) na comercialização – o produtor negocia um preço com o atravessador, mas acaba soltando a nota em valor abaixo do negociado
Grande presença de assentamentos, pescadores e agricultores	Assistência técnica pública		
Tradição em agricultura	Envelhecimento dos agricultores e êxodo de seus filhos		
Distribuição de insumos	Ausência de padronização dos produtos		
Presença de estrutura de ensino, pesquisa e tecnologia	Falta de assistência técnica em aquicultura e pesca		
Expansão atual da aquicultura e apicultura			

Com esta atividade os participantes da atividade, atores sociais do Território conseguiram ter uma visão da situação atual, servindo de base para o próximo passo a ser dado para o planejamento, ou seja, a construção da visão de futuro.

3.2 – Visão de Futuro do Território Noroeste Paulista

Antes de iniciar os trabalhos em grupo, debatemos com os participantes a importância em se estabelecer um estado de futuro desejado, ou seja, estabelecer cenários futuros possíveis onde poderão chegar se algo for feito no sentido da melhora das condições de vida. Em seguida, os participantes voltaram aos grupos com o objetivo de elaborar a visão de futuro do Território para cinco anos. Porém, na socialização dos grupos percebemos um olhar específico para as questões agrícolas do Território. Decidimos, então, retomar com os participantes os conceitos de rural como uma dimensão que ultrapassa a visão estritamente setorial, como também as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável.

A partir destes esclarecimentos, a visão de futuro foi construída coletivamente. Inicialmente, listamos as palavras-chave que os grupos trouxeram para o debate e, em seguida, articulamos as palavras de modo a constituí-las em uma frase que representasse o estado de futuro desejado para o Noroeste Paulista, ficando assim definido:

<p>Através do cooperativismo e associativismo, do comércio justo e solidário, com ações que visem viabilizar a permanência do jovem no campo, com instalação de agroindústrias e integração dos vários elos das cadeias produtivas gerando renda para a coletividade (população urbana e rural), tendo a melhoria dos aspectos sociais e ambientais, sob a gestão social do Colegiado, que seja forte e atuante.</p>
--

A frase foi aprovada em plenária, sendo a visão de futuro estabelecida para o Território.

3.3 – Construção dos eixos estratégicos para o Território Noroeste Paulista

Para a construção dos eixos estratégicos os participantes foram divididos em três grupos para pensar ações sobre os principais problemas levantados que foram agrupados anteriormente. No total, os problemas foram agrupados em seis eixos estratégicos, cada um com objetivos específicos que procuram sanar as demandas levantadas pelos grupos durante a realização da primeira oficina de planejamento.

O primeiro eixo, denominado organização social dos produtores (agricultores, pescadores e aquicultores) tem por principal objetivo estimular a organização e iniciativas voltadas ao associativismo de modo a melhorar a motivação dos produtores à participação.

O segundo eixo, valorização do jovem e da vida rural tem como objetivo responder a um dos principais problemas apontados pelos agentes sociais do Território Noroeste Paulista, qual seja, a evasão de jovens da zona rural e o envelhecimento das pessoas que vivem no campo. As ações deste eixo também se casam com o primeiro eixo, de modo a motivar os produtores em sua auto-estima, estimulando a organização dos grupos sociais existentes.

O terceiro eixo, articulação de políticas públicas, além de responder a um dos componentes da política de desenvolvimento territorial da SDT, procura atender a, principalmente, três problemas apontados pelos agentes sociais: a questão de acesso ao crédito, o descrédito da população frente aos órgãos públicos e a assistência técnica pública deficitária.

O quarto eixo, fortalecimento do Colegiado Territorial, tem por principal objetivo dotar o Colegiado e suas respectivas câmaras temáticas de infraestrutura necessária para o seu funcionamento.

O quinto eixo, denominado comercialização busca atender às demandas por qualidade na produção e qualificação da mão de obra, a fim de promover uma padronização dos produtos de modo a sanar – ou ao menos dirimir – a instabilidade nos preços e a informalidade na comercialização, sendo deste modo, mais palpável a obtenção de selos de inspeção e de qualidade.

Por fim, o sexto eixo, chamado de meio ambiente agrupa as questões relativas ao ambiente natural, à expansão da monocultura da cana de açúcar, buscando uma produção limpa que procura atender a nichos de mercado.

Diante deste agrupamento, os participantes, por meio de trabalho em grupos e posterior socialização em plenária, apresentaram suas propostas, que são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 4 – Resultado dos trabalhos em grupo, agrupados por eixos estratégicos – Território Noroeste Paulista (SP)

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES LEVANTADAS PELOS GRUPOS		
	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
Organização social dos produtores (agricultores e pescadores e aquicultores)	Priorizar ações e recursos públicos à grupos de produtores de cadeias produtivas específicas	Realização de cursos para lideranças	Realizar eventos que agreguem todos os membros familiares com a finalidade de divulgação das ações governamentais e técnicas (capacitação)
	Modernização da legislação pertinente à associativismo e cooperativismo	Identificação das principais lideranças	Pautar as ações iniciais em um determinado objetivo (foco) e dar continuidade, evitando a dispersão da organização pela ausência de interesse
		Extensão específica para associativismo, desde a criação das associações	Incentivar a transparência entre a diretoria das associações de modo a fortalecê-las junto aos associados
		Fortalecimento das associações existentes	
Valorização do jovem e na vida rural	Inserção de temas voltado à vida rural na grade curricular de escolas	Valorizar as crenças e tradições	Parceria com outras políticas sociais: habitação, saneamento, acesso a internet para fortalecer a qualidade de vida.
	Melhorar a divulgação dos financiamentos existentes	Valorização da atividade rural nas escolas, em suas primeiras séries	Realizar eventos culturais, lazer e esporte no meio rural
	Capacitação dos beneficiários ao crédito	Divulgação das linhas específicas de créditos para jovens	Propor ações junto aos filhos dos agricultores como as escolas agrícolas ou firmar parcerias junto à Educação para a inclusão na grade curricular de matérias como agricultura e meio ambiente
	Agilizar os processos de concessão do crédito		

(continuação do quadro 4)

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES LEVANTADAS PELOS GRUPOS		
	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
Articulação de políticas públicas	Eliminar exigência do avalista	Divulgação das linhas de crédito pelas instituições financeiras junto às associações e cooperativas	Inserir os órgãos de assistência técnica ou cooperativas, associações, órgãos públicos e privados na elaboração / planejamento dos projetos para facilitar o acesso ao crédito
	Ter a safra como garantia de crédito	Organização e planejamento dos produtores em conjunto com o poder público	Conhecer junto aos produtores quais são as suas demandas sobre assistência técnica
	Valorização do profissional de assistência técnica	Contratação de técnicos pelas instituições públicas para trabalho específico em associações, com possibilidade de pagamento via associações, visando o trabalho de assistência técnica	Desburocratizar o atendimento ao agricultor nos órgãos públicos
	Aumento do contingente de técnicos para atender às demandas	Orientar mais cursos/qualificações voltados à mão de obra direcionados para associações e cooperativas	Diagnosticar quais são as dificuldades de participação dos produtores nos cursos de qualificação existentes no território e a partir daí propor soluções, como por exemplo adequação de horários e local de realização dos cursos
	Aumento de recursos voltados à assistência técnica		Melhorar a adequação da demanda de trabalho para a assistência técnica, como por exemplo, uma melhor divisão do território.
	Capacitação de mão de obra para melhoria da qualidade da produção		Encampar lutas por melhorias salariais da assistência técnica
	Vincular a liberação de crédito à capacitação da mão de obra		Fomentar parcerias entre a assistência técnica e outros órgãos públicos visando pesquisas
	Articular maior agilidade nos processos públicos		Promover avaliação do trabalho da assistência técnica

(continuação do quadro 4)

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES LEVANTADAS PELOS GRUPOS		
	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
Fortalecimento do Colegiado Territorial	Estruturação física de uma sede, com equipamentos como por exemplo, computador, carro, maquina fotográfica, GPS, etc.		
Comercialização	Exigência mínima de padronização	Implantação do SUASA	Parceria entre MDA, Cati, MAPA para agilizar o selo de inspeção e que esta ação não dependa somente dos agricultores, mas que tenha a contribuição dos órgãos do poder executivo
	Mudança nos hábitos de consumo	Conscientizar produtores e consumidores quanto a qualidade dos produtos	Capacitação dos produtores pelos órgãos que possuem conhecimento técnico em comercialização
	Disponibilizar equipamentos públicos para a realização de feiras, mercadões	Maior difusão de programas de padronização (Ceagesp)	Fortalecer a assistência técnica e comercial para qualificar as ações realizadas pelos agricultores
	Adequar legislação pertinente	Incentivar o associativismo e o cooperativismo pra a comercialização	Comercialização em maior escala, juntando os produtos para a venda
		Incentivar e divulgar programas de aquisição de produtos (PNAE e PAA)	
		Implantar centrais de informações de preços – redes, por exemplo, CEPEA.	

(continuação do quadro 4)

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES LEVANTADAS PELOS GRUPOS		
	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
Meio ambiente	Incentivar atividades agrícolas de baixo carbono	Discutir com o poder público e iniciativa privada questões relativas ao saneamento nos municípios	Realizar reuniões com os Conselhos de Meio Ambiente para verificar ações que estão sendo ou poderão ser implementadas no território
	Adoção de lei municipal restritiva à expansão da monocultura da cana de açúcar nos municípios do território, conforme exemplo de Jales	Incentivo à criação de associações e cooperativas de forma a combater a expansão da monocultura da cana	Parceria entre o poder executivo e o poder legislativo municipal para garantir que haja a delimitação da porcentagem de terra onde poderá se plantar a cana, garantindo espaço para a agricultura familiar.
		Criação de alternativas viáveis que gerem maior renda para que o agricultor não precise se desfazer de suas terras a favor da monocultura da cana	
		Promover o zoneamento com foco social, preservando bolsões de produção de alimentos da agricultura familiar	
		Divulgar a visão agroecológica (SAFs) junto aos agricultores	

A partir deste quadro, num próximo momento serão aprofundadas as ações e atividades, bem como o estabelecimento de prazos e responsáveis, completando assim este primeiro ciclo de planejamento do Território Noroeste Paulista. Além disso, questões sobre a gestão, monitoramento e avaliação do Plano serão, também, objeto de debate junto aos atores territoriais, procurando dotá-los dos instrumentos necessários para que o PTDRS seja, de fato, norteador da implementação de ações do desenvolvimento territorial sustentável.

Bibliografia Consultada

BRASIL/MPA/PLURAL. Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura – Território Jales/Fernandópolis. Elaboração Técnica: Doraci Cabanilha de Souza e José Haroldo de Souza, julho de 2010.

BRASIL/MDA/PLURAL. Relatório de Atividades da Oficina de Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Noroeste Paulista. Elaboração Técnica: Ariane Favareto, novembro de 2010.